Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

3. ENERGIA ELÉTRICA, ENERGIA ATÔMICA, INVESTIMENTOS

TUBARÃO — SANTA CATARINA, 3 DE JULHO DE 1965.

DURANTE A SOLENIDADE DA INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA UNIDADE GERADORA DE 50.000 KW DA SOTELCA.

Por mais grato que me seja, como realmente é, o contato com as diversas áreas do País, não apenas por êsse motivo tenho buscado presidir pessoalmente atos como êste de agora. Há meses estive em Paulo Afonso; mais tarde, em Furnas; hoje encontro-me nesta importante região brasileira. É que em cada uma dessas ocasiões chegara o momento de entregar aos usuários maior produção de energia elétrica, que esperamos logo transformada em valioso instrumento do desenvolvimento nacional.

Assim procedendo não faço mais do que permanecer fiel à Revolução. Esta, se no campo político buscou preservar a democracia e assegurar o equilíbrio entre os Podêres da República, no econômico aspirou a retomada do desenvolvimento, detido e esmagado pela inflação. Ninguém desconhece as angústias vividas ante as inequívocas, graves e crescentes ameaças que rondaram o Congresso, desde o momento em que se tornou dos principais centros de resistência ao domínio da subversão. E também não se ignora que o seu propalado fechamento representava a rápida instalação de uma ditadura dominada pelo comunismo. Tal perspectiva bem explica o vigor com que se mobilizou a opinião nacional, que, em grandiosas manifestações, externou o repúdio à trama contra as instituições democráticas. E estas logo contaram com o decidido apoio da quase totalidade das Fôrças Armadas, que, trazendo ainda vivo o espírito que as animara na guerra contra o fascismo, não desejava nenhum govêrno ditatorial.

Vitoriosa, pois, a Revolução de 31 de março, cuidou o seu Supremo Comando, através do Ato Institucional, alta determinação revolucionária, de manter as instituições nacionais, especialmente o Congresso, que continuou com atribuições idênticas às que exerce desde a Independência. Era a nítida demonstração de que, na hora do triunfo, o movimento revolucionário permanecia dentro dos propósitos que o haviam inspirado anteriormente.

Não me coube a honra de estar entre os que, em nome da Revolução, promulgaram tão importante documento da nossa vida política. Mas, honrado pela confiança de várias correntes da opinião nacional, e eleito pelo Congresso, considero indeclinável dever levar a bom têrmo os propósitos consubstanciados no Ato Institucional. Hoje, depois de me haver comprometido a defendê-lo, não posso indagar se outros deveriam ser os seus rumos.

Atitude que, entretanto, não impede o Govêrno de, pelos meios ao seu alcance, promover a renovação do País, através de legislação adequada. Sei mesmo que o censuram pelo empenho em que está de obter novas leis para vários setores da vida nacional. Confesso, entretanto, não saber de outro meio para mudar a fisionomia de uma sociedade, sob pena de mergulharmos no arbítrio e na prepotência, senão modificando as leis que a orientam. Tanto mais quando o próprio Ato Institucional criou, por prazo limitado e com êsse objetivo, virtual poder constituinte a ser exercido pela colaboração entre o Executivo e o Congresso Nacional. Êste, aliás, pela compreensão revelada em relação à situação do País, ainda sensível aos graves acontecimentos que lhe ameaçaram a continuidade das instituições, tem sido valioso elemento na preservação da tranqüilidade nacional. Acima de tudo tem percebido que seria maléfico pretender colocar-se contra a corrente da Revolução que, pelo Ato Institucional, lhe confiou o importante papel que a Nação deseja e espera que continue a desempenhar com lucidez e objetividade.

Ninguém duvida de que, somado o que já se fêz ao que ainda se deverá fazer dentro das normas estabelecidas por aquêle diploma revolucionário, teremos alcançado ponderáveis modificações na estrutura política, social e econômica do Brasil.

E justamente por não me afastar dos princípios e diretrizes adotados pelo Ato Adicional, expressão de garantia democrática do povo brasileiro, tenho-me encaminhado para medidas capazes de reafirmarem a normalidade da vida política nacional.

Nesse rumo, de acôrdo com o disposto na Constituição, estão as eleições de 1965, e, como segunda etapa, as do ano próximo. Uma e outra serão plenamente asseguradas pelo Govêrno, a fim de que o povo escolha livremente os seus governantes. Nem há por que temer que o eleitorado escolherá mal, ou abrirá caminho para uma volta ao passado, do qual ainda conserva dolorosas e tristes recordações. De qualquer modo o que compete a uma Revolução democrática como a de 31 de março é ganhar as eleições no meio do povo, falando ao povo, e nunca fechar as urnas por temores que acredito injustificados. E é nosso dever, como imperativo da Revolução, aí perseverarmos, sejam quais forem as ameaças de insurreição e as injustiças desatinadas.

Graças às providências de agora é que o meu sucessor, em 1967, encontrará um Brasil ordenado, em plena vigência democrática e com as suas instituições políticas aperfeiçoadas. Ao mesmo tempo em que, como decorrência de uma política financeira e econômica bem meditada e executada, para a qual nunca é demais invocar o civismo e a compreensão dos brasileiros, o País terá retomado o desenvolvimento em todos os seus setores. Tudo a mostrar, como bem o imaginou a própria Revolução, a impossibilidade de aprimoramento e fortalecimento das instituições democráticas se não ocorrer simultâneamente um progresso econômico, num regime legal.

Realmente, por mais felizes as realizações políticas da Revolução, ela não teria alcançado os seus reais objetivos se, concomitantemente, não levasse a bom têrmo a retomada do desenvolvimento econômico. E é dêsse desenvolvimento que, ao inaugurarmos a Usina Termelétrica da Sotelca, acionamos hoje importante peça. Não porque entreguemos a Santa Catarina e aos seus vizinhos um adicional de 100.000 kw; mas por plantarmos valioso marco no aproveitamento do carvão nacional.

Reconhecendo a necessidade do aproveitamento dos carvões nacionais, inclusive por motivos de segurança, empenha-se o Govêrno na recuperação dêsse setor da produção mineral, que uma sucessão de erros afastara dos mercados consumidores. E dentro dessa orientação começou pela reintegração da Comissão do Plano de Carvão Nacional no Ministério de Minas e Energia, onde mais adequadas as condições para o estudo da mineração e a modernização da sua técnica, a fim de ser alcançada a diminuição dos custos e o incremento do consumo. Nesse sentido o Govêrno se empenhará em assegurar o mercado de modo a obter, por meios práticos e flexíveis, o abaixamento dos custos e, portanto, o beneficiamento da produção de aço.

Daí o interêsse na rápida conclusão da Sotelca, que atende não apenas ao desenvolvimento da indústria mineira do carvão, mas também à diminuição dos altos preços que oneram a indústria siderúrgica. Devo mesmo acrescentar que se, para atingir tais objetivos, fôr necessário ampliar a usina ora inaugurada, contará tal iniciativa com o apoio governamental.

Aliás, já se estuda a integração elétrica da região Centro-Sul com o Sul, fato que permitirá nôvo dimensionamento para as instalações da Sotelca. E, quando tal ocorrer, será esta emprêsa um suporte térmico para o grande sistema hidrelétrico nacional, além de importante elo na almejada interligação do Rio Grande do Sul ao Nordeste.

A verdade é que consumindo tôda a fração vapor do carvão catarinense, assegura-se importante contribuição ao barateamento do produto siderúrgico. Mas iremos ainda mais adiante em busca do aproveitamento do rejeito piritoso, subproduto que constitui a maior e melhor fonte de enxôfre que possuímos. E nesse sentido estou determinando ao Banco Nacional de Desenvolvimento, bem como ao Ministério das Minas e Energia, que somem os seus esforços no estudo e solução do problema.

Mas, não é tudo. Coroando a ação governamental no campo do carvão catarinense há que lembrar ainda a SIDESC, empreendimento capaz de multiplicar o aproveitamento do carvão, balan-

ceando a sua utilização e oferecendo campo ilimitado à industrialização dos subprodutos com o auxílio da carbo-química.

Cumpre agora à iniciativa privada trazer a sua parte a êsse esfôrço coletivo, pois, na medida em que o fizer, poderemos abandonar, progressivamente, as normas hoje vigentes nessa atividade e retornarmos aos princípios da livre concorrência. Devem, portanto, os empresários mineradores cuidar dos problemas da produtividade e da competição, compreendendo que o Govêrno não poderá ser o suporte da ineficiência e da incapacidade. Em benefício da própria indústria e dos seus operários é preciso eliminar atividades, que embora titulares de mineração, mais se assemelham à garimpagem.

Não param aí, porém, os problemas pertinentes ao carvão de Santa Catarina, único utilizável para a coqueificação e gaseificação e, portanto, a permitir menor importação estrangeira, ou assegurar o suprimento doméstico em qualquer emergência.

Mas, ao procurar resolver os problemas do carvão de Santa Catarina está o Govêrno igualmente contribuindo para o desenvolvimento das regiões mineradoras do Rio Grande do Sul e do Paraná, Estados onde a tecnologia eliminou os mercados tradicionais das ferrovias e navegação. Também nêles a solução deverá ser a usina termelétrica na bôca da mina. O Govêrno com essa finalidade apoiará a ampliação de Charqueadas, Candiota e Figueira, assegurando mercado para o carvão e maior trabalho para os operários. E já se pensa em substituir o óleo combustível pelo carvão, na Usina de Alegrete, no Rio Grande do Sul.

Antes de concluir, desejo congratular-me com os dirigentes, técnicos e operários dêste importante empreendimento pela maneira por que levaram a bom têrmo já a obra agora a serviço do enriquecimento da região. E não esquecerei uma palavra aos mineiros e demais operários para dizer-lhes que o Govêrno, sensível às aspirações que têm, prosseguirá nas atividades sociais de assistência, de casa própria e crescente participação do trabalho na riqueza nacional. Devem mesmo orgulhar-se da magnífica contribuição que estão dando, nesta hora de convalescença e recuperação, para que o Brasil encontre os caminhos da prosperidade, que

deverá ser de todos, e não apenas de grupos privilegiados. Mas, devem ter também a convicção de que sòmente assim poder-se-á dividir a riqueza, em vez de enganá-los com a demagogia, que conduziu o País aos sofrimentos atuais e que muitos esquecem ser ainda as conseqüências dos velhos males que assolaram o Brasil. Hoje, ao inaugurar obra como esta, posso voltar-me para todos os brasileiros e dizer-lhes com segurança que podem confiar no futuro.